



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638554 - RR (2021/0001138-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JOSE VANDERI MAIA E OUTRO
ADVOGADOS : JOSE VANDERI MAIA - RR000716
ADRIANO ARAUJO DA SILVA - RR002082
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
PACIENTE : DIEGO MATOS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO MATOS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA (HC n. 9002157-73.2020.8.23.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 17/6/2020 pelo cometimento, em tese, dos crimes tipificados nos arts. 242, § 2.º, I (subtração com violência ou ameaça exercida com emprego de arma, para fins de subtração), II (concursos de duas ou mais pessoas), c/c art. 195 (abandono de posto de serviço), contra dez vítimas, na forma do concurso material de crimes, previsto no art. 79 do Código Penal Militar.

Os impetrantes sustentam que decorridos "mais de 07 (sete) meses, não permanece qualquer risco à investigação ou instrução criminal, desfazendo-se qualquer periculum libertatis que pudesse fundamentar a continuidade da prisão, até porque as testemunhas e vítimas foram oitivas (faltando apenas o interrogatório do paciente e demais réus), bem como porque o paciente é Policial Militar, tem residência fixa, família constituída, não tem antecedentes criminais e que não há nada que demonstre que se furtará da aplicação da lei penal." (fl. 10)

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou relaxamento da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente